

AS DIFICULDADES DE PÔR EM PRÁTICA AS EXIGÊNCIAS DA BNCC: UM PROBLEMA RECORRENTE NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Robério Araujo de Oliveira Júnior

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica, acerca da dificuldade de pôr em prática as exigências da BNCC de Educação Física, dificuldades impostas pela falta de estrutura das escolas, pela pouca carga horária da disciplina e também a forma como são colocadas às necessidades da Educação Física na base nacional. Visto isso, o texto exhibe também números referentes às estruturas das escolas, demonstrando a falta, em especial, das quadras poliesportivas, nas escolas de Ensino Fundamental, dificultando o ensino da disciplina de Educação Física e sua associação com as requisições da BNCC. Sabendo disso, mostrar a importância de o professor estar pronto para as necessidades advindas do processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando vai além do que é posto na teoria da Base Nacional Comum Curricular. Ao mesmo tempo informar o que é a BNCC e suas ideias centrais.

Palavras-chave: Educação Física; BNCC; Estrutura; Escolas.

RESUME

This article presents a bibliographic review, about the difficulty of putting into practice the requirements of the BNCC of Physical Education, difficulties imposed by the lack of structure of the schools, the low workload of the discipline and also the way they are placed to the needs of Physical Education in the national base. In view of this, the text also displays numbers referring to the structures of the schools, demonstrating the lack, especially, of the multisport courts, in elementary schools in the final years, making it difficult to teach the discipline of Physical Education and its association with BNCC requirements. . Knowing this, show the importance of the teacher being ready for the needs arising from the teaching and learning process, especially when it goes beyond what is put in the theory of the Common Curricular National Base. At the same time, inform what BNCC is and its central ideas.

Keywords: Physical Education; BNCC; Structure; Schools.

INTRODUÇÃO

Sabemos que a educação é primordial para o desenvolvimento da nação e a Educação Física faz parte diretamente dessa ideia, mas, ao irmos para a prática, isso não fica tão claro, especialmente quando nos referimos à disciplina de Educação Física. De acordo com o jornal O Globo, seis em cada dez escolas públicas do país não possuem quadra. Se a quantidade, nacionalmente, já é bastante alarmante, nos municípios é ainda pior. Os números em alguns municípios baixam ainda mais esse índice, como é exemplo na cidade do Conde, na região metropolitana de João pessoa, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Lá, apenas duas das nove escolas de Ensino Fundamental nos anos finais possuem quadra, o que corresponde a menos de 25% das escolas do município.

Com os números tão assombrosos referentes à estrutura física das escolas, torna bastante difícil seguir as exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na disciplina de educação Física. A exemplo, nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, na unidade temática ginástica, é pedido que o professor de Educação Física trabalhe no objeto de conhecimento a ginástica de condicionamento físico e a ginástica de conscientização corporal, ou até mesmo nos 6º e 7º anos, na unidade temática Esporte, com o objeto de conhecimento esportes de invasão. Como ser trabalhado os objetos pedidos pela BNCC sem a mínima condição estrutural dada pela escola? Como elaborar movimentos gímnicos em uma quadra sem piso realmente qualificado para tal, ou praticar uma partida de futebol sem a quadra?

Essas dificuldades são, recorrentes, mas o que fica desse trabalho é como realizar essas exigências da BNCC dentro de uma escola sem estrutura, sem quadra, às vezes, sem um espaço mínimo para a prática na disciplina de Educação Física e sem tempo para colocar em prática o que é pedido. Recai, obviamente, sobre o professor que, algumas dessas vezes, sem que perca a essência das necessidades da BNCC, precisará adaptar-se ao que tem – ou ao que não tem- fazer de um espaço aberto a sua quadra, ou, quando nem isso é possível, realizar suas práticas dentro da sala, com suas devidas mudanças e inovações. Entretanto, não devemos aceitar a forma como lidam com a Educação Física, é necessário uma mudança de caráter urgente, desde o que falamos sobre estrutura até a real importância dada a disciplina.

O QUE É A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E COMO COLOCÁ-LA EM PRÁTICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA?

Como o próprio nome já diz a BNCC é a base curricular de todo o país, é a partir dela que os professores da educação básica devem elaborar os seus planos e as instituições organizarem seus currículos. Mas qual a ideia da BNCC? Idealizar um currículo o mais próximo possível para todo o Brasil, facilitando o entendimento por parte dos professores na hora de colocar em prática os objetos de conhecimento. Além disso, segundo Saviani (2016, p. 73) “a noção de uma base comum nacional emergiu como uma ideia-força do movimento pela reformulação dos cursos de formação de educadores”.

Ribeiro e Craveiro (2017, p. 53) afirmam também que:

Trata-se de definir “o essencial” para toda a educação básica, o que significa construir de maneira supostamente objetiva “a melhor formação para as nossas crianças e jovens”¹, compreendendo que é uma condição necessária para garantir os direitos de aprendizagem dos alunos e a qualidade da educação. Para o Ministério da Educação (MEC)².

Aguiar e Dourado (2018, p. 7) complementam as afirmativas dizendo:

De fato, na BNCC, aprovada pelo CNE a partir de documento do MEC, consolidou-se a proposta do estabelecimento de uma Base Nacional que tomou o lugar de uma concepção de Base Comum Nacional, conceito construído pelo movimento dos educadores ao longo das lutas por uma educação cidadã.

Apesar da boa ideia de unificar os objetos de conhecimento e unidades temáticas, a partir da BNCC, na prática é totalmente diferente. Se uma escola, dentro de um mesmo município tem realidades distintas, qualidade estrutural diferente, como unificar o ensino de duas escolas em extremos opostos do país? A realidade de uma escola no norte é absolutamente diferente da realidade de uma escola do sul. Apesar de o professor poder alterar, em uma possível necessidade, uma unidade temática ou outra, os objetos acabarão por serem bastante alterados, modificando assim a ideia de “Base comum”. Além do já

explicitado, outro problema recorrente é a facultatividade da disciplina de Educação Física, problema em todo o país apesar de ser obrigatória no ensino básico, nos primeiros anos do ensino fundamental muitas vezes não é lecionada nas escolas ou até mesmo lecionada por professores de outras disciplinas, apenas como recreação.

Neira (2017, p. 217), afirma:

O formato do texto apresenta competências gerais, por área e por componente curricular. Cada componente tem unidades temáticas que lhe são específicas, objetos de conhecimento que segmentam as unidades temáticas e, finalmente, habilidades decorrentes dos objetos de conhecimento. Ao menos é assim que anuncia, mas nem sempre concretiza. Tome-se como exemplo a educação física para o 1º e 2º anos, um momento da escolarização em que na maioria dos sistemas públicos e privados de ensino vigora a polivalência, na qual um só educador atua em todos os componentes curriculares.

Pensando nisso, fica claro que as dificuldades de pôr em prática as exigências da BNCC existem e não só para com a Educação Física, mas também nas demais disciplinas. Contudo, esses problemas são mais agudos na Educação Física. Além do já citado, outro fator que dificulta ainda mais é a carga horária disponibilizada para a disciplina já que no Ensino Fundamental comumente apenas duas aulas são ofertadas para a disciplina, isso piora ainda mais no Ensino médio no qual cai para apenas uma aula semanal e, muitas vezes, voltada para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Rodrigues (2016, p. 37) confirma ao dizer que:

A questão que ponho inicialmente é se a BNCC da forma como está sendo apresentada, não se caracteriza mais como um currículo máximo. A quantidade de objetivos propostos, no caso do componente curricular Educação Física, já é suficiente para preencher todo o tempo pedagógico, que em geral, essa disciplina dispõe no currículo escolar, em média duas aulas semanais, sendo que no ensino médio, em muitos casos, se limita a uma aula semanal. A parte diversificada, da qual fala o documento preliminar, pode ser comprometida a depender da quantidade de objetivos propostos por ciclo.

Além disso, o fator principal da dificuldade de colocar em prática as necessidades da BNCC, e como já citado anteriormente, é o fato da falta de infraestrutura nas escolas, esse problema afeta diretamente todas as disciplinas. Soares e Sátyro (2008, p. 7) afirmam que no Brasil a infraestrutura tem um grande peso no desempenho escolar dos alunos. Isso só confirma a tese central do trabalho. A dificuldade de evitar a dispersão dos alunos na atualidade é um problema recorrente mesmo em escolas de estrutura elevada, nas escolas de infraestrutura baixa essa dificuldade é extremamente maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto os principais problemas que os professores acabam por passar na hora de colocar em prática a disciplina de Educação Física, fica evidente a necessidade de mudanças com a forma que as políticas públicas tratam a disciplina. Apesar de ser colocada como obrigatória, de acordo com as legislações do país, ainda assim estamos longe de ter uma Educação Física nacionalmente de qualidade.

Furtado e Borges (2020, p. 7) Concluem que:

Legalidade e legitimidade são temas presentes nas discussões epistemológicas e pedagógicas da Educação Física na contemporaneidade. Somado a estes debates, tem-se na área certa esperança de que a disciplina¹ pode ser capaz de contribuir no processo de escolarização de crianças, jovens e adultos que estão na escola. O que é importante mencionar, é que o status de ser uma disciplina legal (do ponto de vista da legislação educacional), por si só não torna a Educação Física uma disciplina legítima na escola.

Os autores passam a ideia de que apesar de, atualmente, a Educação Física ser legitimada isso não quer dizer, necessariamente, que é respeitada ao pé da letra. Ainda temos pontos a percorrer para uma melhoria da qualidade do ensino da disciplina e isso vai muito além do professor. A ideia passada aos alunos, especialmente nos primeiros anos do fundamental, de que a Educação Física é apenas o seu momento de lazer acaba por trazer para os anos futuros essa mesma ideia de recreação. Os anos vão passando e eles creem que a disciplina não reprova e que a nota será creditada de todo jeito no fim do semestre. Isso contribui para uma política de esquecimento. Os alunos não dão ênfase a disciplina, a gestão corta gastos e também esquece da Educação Física e o professor fica a mercê do pouco que lhe é dado para lecionar.

Então como colocar em prática todas as exigências da BNCC em meio a tantas dificuldades para com a Educação Física? Primeiro é necessário um olhar mais afetivo por parte dos gestores para com a Educação Física, as cobranças da BNCC são muitas, cumprir com as competências, as habilidades, cada objeto de conhecimento. Mas as estruturas ofertadas para isso ser realizado são mínimas, como já citadas, faltam quadras e madeiras para a prática. Além disso, o professor não pode deixar se abater com a baixa qualidade estrutural é necessário se reinventar, criar novos métodos, buscar, mesmo na dificuldade, o melhor jeito de ensinar e, ao mesmo tempo, aprender. Se adaptar ao que tem –sem se acomodar- buscar lecionar da melhor forma do mesmo modo que busca melhorias para sua escola e toda sua comunidade escolar. Para completar, é preciso entender que apesar de ser uma base nacional isso não quer dizer que não possa ser modificada, a partir das necessidades do alunado, o que vá a ser trabalhado naquele ano letivo. Às vezes é necessária uma mudança nas habilidades, nas competências e até mesmo no objeto de conhecimento a ser trabalhado. Uma escola de zona litorânea não deve sempre ofertar o mesmo que uma escola de zona rural e vice-versa, pois apesar de ser uma referência obrigatória a BNCC não é o currículo. E o currículo é definido por PEDRA (1917, p 16) como:

O currículo não se restringe à reprodução de conhecimentos e destrezas para a produção; ele produz, ou melhor, dá abrigo a um conjunto de representações que dizem a respeito não apenas ao mundo da produção, mas também às variadas relações que os homens mantêm entre si e com o seu meio.

Ou seja, as escolas podem e devem elaborar o seu currículo, principalmente a partir do seu modelo de comunidade escolar e a classe social dos arredores da escola, buscando assim um currículo pertinente ao que pode ser ofertado pela instituição, buscando sempre o melhor para seu alunado e tentando, claro, se aproximar o máximo possível da Base Nacional Comum Curricular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

DE GOES RIBEIRO, William; CRAVEIRO, Clarissa Bastos. Precisamos de uma Base Nacional Comum Curricular? Linhas Críticas, v. 23, n. 50, p. 51-69, 2017.

FURTADO, Renan. Educação física escolar, legitimidade e escolarização. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.10 – 2020.

NEIRA, Marcos. Incoerências e inconsistências da BNCC de educação física. Revista brasileira de ciências do esporte. mai.2018a. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328918300374>>

O GLOBO. Seis em dez escolas públicas do Brasil não têm quadras para atividade física. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/seis-em-dez-escolas-publicas-do-brasil-nao-tem-quadras-para-atividade-fisica-19871349>>. Acesso em: 16/12/2020.

PEDRA, José Alberto. Currículo, Conhecimento e suas Representações. Campinas: Papirus, 1997.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. Movimento. 2016; 3(4):54-84

RODRIGUES, Aneleyce. Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física. Revista Motrivivência, Florianópolis/SC, v. 28, n. 48, p. 32-41, setembro/2016

SOARES, Sergei.; SÁTYRO, Natália. O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental - 1998 a 2005. Brasília: MEC;Inep, 2008.